

-----Acta n.º 26-----

-----Ao dia 1 do mês de Outubro de 2002, pelas 14 horas, nesta Cidade e Auditório Municipal dos Paços do Concelho, reuniu-se extraordinariamente, conforme Edital n.º 147, datado de 17/09/2002, a Câmara Municipal de Torres Vedras, sob a presidência do Sr. Dr. Jacinto António Franco Leandro, estando presentes os Vereadores Srs.:-----

-----Eng.º João António Pistacchini Calhau.-----

-----Dr. Carlos Manuel Soares Miguel.-----

-----Dr. Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes.-----

-----Dr. Jorge Ralha Vieira Leitão.-----

-----Dra. Rita João de Maya Gomes Sammer.-----

-----José António do Vale Paulos.-----

-----Dra. Rosa Maria Mendes Matos Alves Duarte.-----

-----Joaquim Alberto Caetano Dinis.-----

-----A reunião foi secretariada pela Chefe de Divisão Administrativa, Dra. Alexandra Sofia Carlos Mota Luís, em substituição do Sr. Director de Departamento Municipal de Administração Geral e Finanças, Dr. Acácio Manuel Carvalhal Cunha, que se encontrava ausente por motivo de serviço.-----

-----Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS:-----

-----O Sr. Presidente submeteu ao Executivo o parecer da Divisão de Ordenamento do Território, relativamente ao parecer emitido pela Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA).-----

-----Relembrou que a Câmara, depois de 26 reuniões da CTA, elaborou uma proposta definitiva, mas que, nos termos da lei, teria que ser presente à Comissão, com vista à elaboração de um parecer prévio à abertura do inquérito público. No âmbito dessa apreciação, a CTA entendeu levantar algumas questões, muitas delas pertinentes, mas algumas nunca as levantou durante as reuniões com a Autarquia, enquanto outras terão sido abordadas, porventura, de forma diferente. A Câmara dispõe agora de um parecer bem elaborado, que foi distribuído a todos os membros do Executivo, e que importa analisar.-----

-----Na sua opinião e sem qualquer rigor, cerca de 80 ou 90% das propostas de alteração indicadas pela CTA, e que se referem ao Regulamento, devem ser aceites, sem prejuízo de análise por parte do Executivo.-----

-----Entende que são alterações razoáveis e que correspondem, muitas vezes, a alguma ausência de definição clara da política de alguns serviços.-----

-----Outras alterações há em que a Câmara deve continuar a defender a posição assumida anteriormente ou, em alternativa, ficará de acordo com a proposta de alteração da CTA.-----

-----Gostaria que, independentemente do tempo que é necessário para analisar toda a documentação,

dentro de alguns meses se iniciasse o período de inquérito público, havendo, por parte do Executivo, abertura para a resolução definitiva das questões que se revelem mais pertinentes.-----

-----Assim, propôs como metodologia de trabalho, numa primeira fase a apresentação, por parte da equipa técnica da Divisão de Ordenamento do Território, dos principais aspectos a analisar e, numa segunda fase, a necessária discussão.-----

-----Por último, e uma vez que estavam presentes na sala alguns munícipes, informou que a reunião é pública, nos termos da lei, no entanto, não há intervenção dos presentes, podendo os interessados assistir à discussão.-----

-----O Sr. Vereador Eng.º Pistacchini Calhau chamou a atenção para o facto de a lei permitir o direito de intervenção de todas as Associações e de todos os cidadãos, através de pedidos de esclarecimento, ao longo de todos os procedimentos de elaboração, revisão ou alteração. Qualquer pessoa tem o direito de apresentar pedidos de esclarecimento, embora não nesta reunião que está planeada para outra coisa, mas não há necessidade de esperar pelo inquérito público.-----

-----Assiste sempre aos munícipes o direito à informação.-----

-----Informou que iria fazer um comentário de carácter genérico antes de entrar em detalhes.-----

-----Assim, referiu que o processo de revisão é matéria complexa, que envolve inúmeras entidades, e, na sua opinião, só é possível atingir uma revisão do PDM eficiente se houver a colaboração de todas essas entidades. Como exemplo, citou o caso do Executivo, que é composto por 9 pessoas e nem todas estão de acordo, pelo que algumas tiveram que condescender, inclusivamente ele próprio, o Sr. Vereador Vale Paulos ou o Sr. Vereador Caetano Dinis. Só assim será possível ter um documento final globalmente aceitável.-----

-----Lembrou que a própria lei diz que, se não houver acordo entre as entidades, deve iniciar-se um processo de consertação, o que obriga à realização de várias reuniões para resolver os problemas existentes.-----

-----É por isso que o surpreende e o faz sentir alguma apreensão que o responsável pelo planeamento tenha procurado não a concertação, mas, até certo ponto, a provocação com a CTA e até com o Governo. Disse ainda que não lhe parece bem surgir nos jornais que “está tudo parado nas mãos do Governo”, por um lado, ou “proposta absurda” como veio a público na semana seguinte, o que, certamente, só pode ter magoado a CTA que, aliás, veio a responder em termos que lhe pareceram perfeitamente razoáveis.-----

-----Entende que a Câmara tem que alterar esta atitude de agressividade e de resolver as coisas à espadeirada, com consertação e com reuniões entre todas as entidades, pois sabe que algumas pessoas se sentiram magoadas, especialmente técnicos que nada têm a ver com o Governo. Todos sabem que o PDM é um documento de grande importância para o concelho e, portanto, quer a nível da CTA, quer quando o documento for enviado ao Governo para ratificação, tudo será bem

analisado. Desta forma, não convém entrar já em provocações, pelo menos até haver concertação, para além dos atrasos que estes desentendimentos poderão causar.-----

----Se a proposta inicialmente enviada tivesse resultado da concertação entre a CTA, a Câmara Municipal e as respectivas chefias, talvez se tivessem poupado 6 meses. Agora, a Câmara está outra vez a pensar em tudo, vão ser elaborados mapas, é remetido à CTA, a Câmara volta a dar parecer e, com tudo isto, perdem-se mais 6 meses.-----

----Disse ter ficado surpreendido quando soube que o Vereador responsável pelo planeamento, que está em funções há 9 meses, não teve uma única reunião com a Presidente da CTA. Tudo isto teria sido perfeitamente evitado se tivesse havido diálogo e se tivessem sido promovidas reuniões, tal como a lei prevê.-----

----Todos tinham a obrigação, e o Sr. Vereador do Sector mais do que ninguém, de reunir com a CTA e com as respectivas chefias, evitando 6 meses de atraso. Assim, pediu que, a partir de agora, se mude de atitude e as pessoas, se realmente têm problemas, em vez de virem à “espadeirada” para os jornais, resolvam-nos com diálogo, falando com os técnicos, falando com as diversas entidades, mas resolvendo as coisas da forma mais civilizada possível.-----

----Disse ainda que não quer ficar com o ónus de, pessoalmente, ver amanhã o PDM chumbado ou alterado.-----

----Referiu que o Sr. Presidente disse que ia aceitar 80 ou 90% da proposta técnica, o que demonstra que, até certo ponto, se está a “baixar as orelhas”. Pensa que é de bom tom, de boa política, estabelecer-se o diálogo até se chegar a um consenso.-----

----Considerou que a proposta da Câmara foi uma surpresa para a CTA, pois algumas coisas que já tinham sido acordadas foram alteradas posteriormente, sem lhes ser dado conhecimento, pelo que apelou para que, a partir de agora, as pessoas se concentrem em resolver todos os problemas que têm a bem, em vez de vir debatê-los nos jornais, pois uma coisa é o debate entre os políticos, outra coisa é o debate entre as pessoas que têm uma função perfeitamente técnica e que ninguém tem o direito de atacar só porque têm um direito de defesa mais difícil.-----

----Por sua vez, o Sr. Vereador Dr. Carlos Miguel, declarou que, na defesa dos interesses de Torres Vedras será sempre intransigente e não pactuará, lembrando que, acima de qualquer técnico, há uma chefia política. Quando se diz que a Câmara é culpada dos atrasos, referiu que há uma equipa técnica que se debruça sobre as coisas, a Câmara assume a sua culpa e, tal como o Vereador do Sector que exerce funções há 9 meses, após o processo ter trabalho desenvolvido durante 4 anos, assume as suas culpas, se é que as tem. Também a CTA e quem a chefia, que é o Governo, deve assumir a sua culpa.-----

----Quanto aos interesses de Torres Vedras, declarou mais uma vez que será intransigente e nunca pactuará com ninguém na defesa dos mesmos.-----

-----O Sr. Vereador Vale Paulos, referindo-se à concertação, informou que participou na maioria das reuniões com a CTA, desde Janeiro de 1999, quando, oficialmente, teve início a revisão do PDM e, de facto, também ficou admirado, pois muitas das questões abordadas nessas reuniões apareceram agora de forma diferente no relatório da CTA. Não pretendeu, com esta afirmação, criticar a CTA, na medida em que eles fazem o seu trabalho. No entanto, fez notar que, em muitas das reuniões, a CTA apenas cumpriu o seu dever, tomando conhecimento dos trabalhos que iam decorrendo, dando algumas opiniões, mas reservando-se para um parecer final.-----

-----Disse ainda que estava convencido que esse parecer seria o resultado das dezenas de reuniões realizadas. No entanto, são apresentadas coisas que nunca foram faladas e outras que foram acordadas de modo diferente, daí que ele próprio tem algumas sugestões para apresentar.-----

-----Assim, solicitou ao Sr. Presidente que lhe fosse dada a oportunidade de apresentar algumas alterações, na medida em que não ficaria bem consigo próprio, depois de ter participado durante 3 anos em reuniões e verificar que há resultados diferentes daqueles que se esperavam.-----

-----Referiu que houve de facto concertação entre as equipas técnicas, não podendo, assim, concordar com o Sr. Vereador Eng.º Pistacchini Calhau, quando diz que a proposta da Câmara caiu nas mãos da CTA como uma surpresa. Disse não acreditar que tenha sido uma surpresa porque todos os assuntos, incluindo cartas, regulamento e outros documentos foram discutidos com todos os elementos da CTA.-----

-----O Sr. Vereador Caetano Dinis começou por referir que, na génese do processo de revisão não existe algum desprestígio, mas, de algum modo, o processo foi conduzido por uma Comissão onde a Vereação compareceu sempre, exceptuando 2 ou 3 reuniões em que participaram, uma delas apenas com a CTA e as outras onde tiveram alguma participação. Admitiu que as coisas tenham que ser tratadas desta forma, mas lembrou o processo de elaboração do PDM em vigor, em que a própria Assembleia Municipal teve uma participação directa numa CTA local, em que estava representada.--

-----Disse reconhecer que, neste momento, para além de 90% dos munícipes não saberem nada acerca do PDM, também o próprio Órgão da Autarquia que é a Assembleia Municipal, não conhece nada do PDM. Muito embora ainda vá decorrer o período de discussão pública, tem dúvidas se depois de tudo estar definido haverão alterações significativas ao PDM.-----

-----O Sr. Presidente recordou que o processo de revisão do PDM foi iniciado como nunca ninguém o fez no país. A experiência foi única e a própria CTA ficou admirada, pois a Câmara iniciou o processo de revisão pedindo às pessoas que fizessem chegar as suas preocupações, as tais reclamações que não eram, à altura, exigidas por lei. Mas, para que se iniciasse o processo, era importante que as preocupações dos cidadãos chegassem ao conhecimento da Câmara.-----

-----Lembrou que, aquando da elaboração do PDM, em 1995, existiram entre 200 e 300 reclamações, enquanto que no processo de revisão foram apresentadas cerca de 3.000, o que demonstra que os

principais interessados começaram a preocupar-se muito mais com o Planeamento.-----

-----Esses requerimentos foram apreciados um a um e foram esses que estiveram na base das primeiras reuniões realizadas ainda no mandato anterior, na sequência das quais foi feita uma triagem em função de um conjunto de critérios então fixados. Entende que, do ponto de vista democrático, não havia melhor forma de se poder chegar a toda a gente.-----

-----A Assembleia Municipal terá o seu momento de intervenção, o que acontecerá depois de a Câmara ter um documento único e terminado.-----

-----Prosseguiu, declarando que o que se pretende agora é ultrapassar esta fase, não considerando que se trate de “baixar as orelhas” pois, em termos da indústria, do turismo ou até do regulamento, está convencido de que algumas situações são as melhores para o concelho, em termos de planeamento, e ele próprio é o primeiro a não retroceder, optando pelas melhores soluções, desde que esteja disso convencido.-----

-----Quando disse que cerca de 90% das questões eram ultrapassáveis, foi porque, de facto, lhe parece que, pela 1ª vez, essas questões foram apresentadas com algum rigor e transparência. Ao longo das reuniões realizadas, nunca houve um documento escrito que ajudasse em posições intermédias, o que veio a acontecer agora com a apresentação do parecer da CTA.-----

-----Existem apenas as actas da CTA que podem ser analisadas por qualquer membro do Executivo, nas quais se pode verificar a evolução das discussões efectuadas e as questões que foram postas em causa.-----

-----O Sr. Vereador Dr. Luís Carlos Lopes considerou que o Sr. Presidente já se referiu a algumas questões importantes, no entanto, deu nota de que os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata sempre tiveram total empenho para que o PDM termine bem e o mais rapidamente possível.-----

-----Declarou que estarão sempre disponíveis para participar em qualquer reunião sobre este assunto, no entanto, não sabe se terão que aceitar que 90% do que é dito no relatório da CTA está correcto. Referiu-se à forma como o Sr. Vice Presidente, Dr. Carlos Miguel, colocou as questões porque, na sua opinião, o mais grave não é a exigência de 4 pisos, mas sim os limites urbanos, a questão das áreas industriais e das áreas turísticas, e é isso que a Câmara tem que debater.-----

-----Declarou discordar de algumas das propostas da CTA, mas, depois de uma análise cuidada, poderá vir a aceitá-las. Todavia não se poderá dar tudo de barato sem uma análise profunda. Assim, entende que o Executivo deverá fazer um trabalho técnico e desapaixonado, sendo certo que o momento de decisão política será daqui a 6 ou 7 meses.-----

-----O Sr. Vereador Eng.º Pistacchini Calhau salientou que os problemas de gestão do PDM não são de carácter técnico pois, sempre que se dirigiu aos técnicos para obter qualquer informação sempre a obteve, nunca havendo qualquer tentativa de demora ou de atraso. O problema do PDM é de gestão,

pois sempre pensou que o trabalho que estava a ser executado era acompanhado pela CTA, mas não, tal como se pôde comprovar com o que aconteceu com o regime de excepção, que foi uma surpresa para a CTA.-----

----Assim, sugeriu, para que não hajam mais surpresas, que seja marcada uma reunião com a CTA, a fim de definir e acordar todas as questões, de modo a ganhar tempo e chegar a um consenso.-----

----O Sr. Presidente manifestou algumas dúvidas, relativamente à intervenção do Sr. Vereador Eng.º Pistacchini Calhau, quanto às reuniões com a CTA, pois quem mudou de posição foi a própria Comissão.-----

----Posto isto, o Sr. Presidente deu a palavra ao Arqt.º José Manuel Lopes, que prestou os esclarecimentos necessários à discussão e aprovação das questões técnicas, devidamente enunciadas e fundamentadas no documento intitulado “Análise da Equipa Técnica ao Parecer da Comissão Técnica de Acompanhamento aos elementos de Junho de 2002”, o qual juntamente com o referido parecer se anexam na pasta de documentos do presente livro de actas, assim:-----

----1 – **Unidades Operativas de Planeamento e Gestão**, a Câmara deliberou aprovar que se eliminem as UOPG 6 – Vale da Tábua e Vale da Borra; UOPG 13 – Área Industrial de Campelos; UOPG 18 – Casalinhos de Alfaiata; UOPG 21 – Área Industrial do Paúl; UOPG 22 – Paúl; UOPG 23 – Varatojo; UOPG 29 – Área Industrial do Sarge; UOPG 31 – Área Industrial de Monte Redondo; UOPG 32 – Matacães; UOPG 39 – Ribaldeira, UOPG 41- São Domingos de Carmões; UOPG – 43 Furadouro.-----

----Deliberou ainda manter (já renumeradas) a UOPG 1 – Santa Rita/Porto Novo; mudar a designação e delimitação da UOPG 2 – área de aptidão turística de Porto Novo/Maceira, de acordo com o disposto no documento elaborado pela Divisão de Ordenamento do Território; manter a UOPG 3 – Maceira, criando uma subunidade operativa para Monte Bom, a norte da área de verde ecológico urbano, com parâmetros urbanísticos, até à entrada em vigor de PU ou PP, com perímetros de nível III; manter a UOPG 4 – área de aptidão turística da Quinta da Piedade, com redacção diferente; manter a UOPG 5 – Campelos/Cabeça Gorda, acrescentando a subunidade operativa para Casal do Brejo, com parâmetros urbanísticos, até à entrada em vigor de PU ou PP, compatíveis com perímetros urbanos de nível IV; manter a UOPG 6 – Parque de Campismo de Santa Rita/Convento Velho, com redacção diferente; manter a UOPG 7 – Conjunto turístico a Sul do Casal do Seixo; manter a UOPG 8 – Praia do Amanhã/Penafirme; manter a UOPG 9 – Santa Cruz/Póvoa de Penafirme/Silveira, acrescentando subunidades operativas para Brejenjas/Casal do Rodela/Casal das Gastias e Casal Monfalim, com parâmetros urbanísticos, até à entrada em vigor de PU ou PP, compatíveis com perímetros de nível IV e, acrescentando ainda subunidades operativas para Casal Cochim, Casal dos Feros, Casal das Naculas, Cerca, Secarias e Caixeiros, com perímetros de nível III, delimitando como área de desenvolvimento turístico a zona do Karting e do empreendimento

Marazul, e ainda delimitando a restante área de aptidão turística subdividindo-a em áreas específicas; manter a UOPG 10 – área de desenvolvimento turístico do Casal Chofral, englobando apenas a área com compromisso assumido pela Autarquia e a restante classificando-a como área florestal ou área agrícola especial; manter a UOPG 11 – A-dos-Cunhados/Sobreiro Curvo/Paradas, acrescentando subunidades operativas para Casal do Rego e Casal de Santo António, com parâmetros urbanísticos, até à entrada em vigor de PU ou PP, compatíveis com perímetros de nível III; manter a UOPG 12 – Outeiro da Cabeça, acrescentando a subunidade operativa para a área Sul da Ribeira de Vale de Cruzes, com parâmetros urbanísticos, até à entrada em vigor de PU ou PP, compatíveis com perímetros de nível III; manter a UOPG 13 – Maxial, acrescentando a subunidade operativa para Eiras de Palma, com parâmetros urbanísticos, até à entrada em vigor de PU ou PP, compatíveis com perímetros de nível III; manter a UOPG 14 – Foz do Sizandro; manter a UOPG 15 – Parque de Campismo da Foz do Sizandro; manter a UOPG 16 – Torres Vedras, redefinindo os limites da subunidade 16 a) de modo a não se sobreponem à subunidade 16 d), reformulando a subunidade 16 b) de modo a que a área de intervenção corresponda ao Plano de Pormenor Sul/Poente/Várzea/Barro, condicionando a ocupação das subunidades 16 c) e 16 f) à prévia aprovação do Plano de Pormenor, incluindo na subunidade 16 h) a área de verde ecológico urbano correspondente à Serra dos Cucos; manter a UOPG 17 – Ventosa, acrescentando as subunidades operativas para Casal do Sol, Estrada, Casal da Ouressa e Casal da Milharosa, com parâmetros urbanísticos, até à entrada em vigor de PU ou PP, compatíveis com perímetros de nível IV; manter a UOPG 18 – área de desenvolvimento turístico da Quinta da Ribeira/Campo Real; manter a UOPG 19 – área de aptidão turística de Ereira/Vila Seca, com limites rectificadas, ficando incluída apenas a área de aptidão turística; manter a UOPG 20 – Runa, criando a subunidade operativa para Penedo, com parâmetros urbanísticos, até à entrada em vigor de PU ou PP, compatíveis com perímetros de nível IV e a subunidade operativa para Monte Rei Grande, com parâmetros urbanísticos compatíveis com perímetros de nível III, excluindo da área de intervenção da UOPG o lugar de Espera e rectificando a classificação do solo, onde se encontra a Proalcool; manter a UOPG 21 – área de desenvolvimento turístico da Quinta da Charneca, com a área limitada ao compromisso de 1998; manter a UOPG 22 – área de desenvolvimento turístico da Quinta do Hespagnol; manter a UOPG 23 – área de aptidão turística de Ribeira Maria Afonso sem o aglomerado de Buligueira e com referência a turismo em espaço rural; manter a UOPG 24 – Dois Portos, criando a subunidade operativa para Casal S. Pedro, com parâmetros urbanísticos, até à entrada em vigor de PU ou PP, compatíveis com perímetros urbanos de nível III; manter a UOPG 25 – Freiria, acrescentando subunidades operativas para Poços, Concelhos e Casal das Lameiras, com parâmetros urbanísticos, até à entrada em vigor de PU ou PP, compatíveis com perímetros de nível III; UOPG 26 – área de aptidão turística de Feliteira, apenas com a delimitação de área turística.-----

-----2 – Finalmente, a Câmara tomou conhecimento da proposta apresentada pelo Sr. Vereador Vale Paulos, que se encontra arquivada em pasta anexa ao presente Livro de Actas, e que reflecte a posição do seu autor em relação ao processo de revisão do Plano Director Municipal de Torres Vedras.-----

DELIBERAÇÕES:-----

-----Todas as deliberações tomadas nesta reunião foram aprovadas por unanimidade.-----

APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES INTEGRANTES DESTA ACTA A FIM DE PRODUZIREM EFEITOS IMEDIATOS:-----

-----Todas as deliberações integrantes da presente acta foram aprovadas em minuta.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Às 18 horas e como não houvesse mais nada a tratar foi encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada pela Chefe de Divisão Administrativa, Dra. Alexandra Sofia Carlos Mota Luís, ao abrigo do Despacho n.º 534, de 10 de Janeiro de 2002.-----
